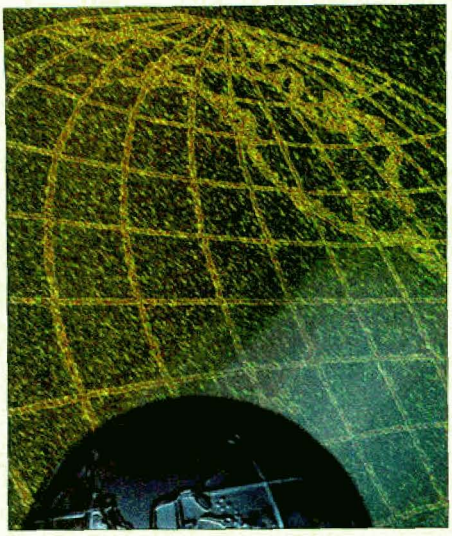

# Subsídios selvagens

## *Protecionismo e isolacionismo tornam a política comercial dos EUA nefasta aos países concorrentes*

ANTONIO J. T. BUENO

A forma como os norte-americanos percebem a si mesmos e às demais nações elucida, em grande parte, suas políticas internas e externas. Ao longo de sua história, os EUA têm oscilado entre atitudes enfaticamente isolacionistas e protecionistas e pomposas atitudes de grande potência comprometida com o processo da paz, preocupada em cooperar com o desenvolvimento de economias emergentes.

Na prática, apesar de aparentemente conflitantes, essas duas posturas coexistem e se refletem na retórica oficial. O protecionismo e o isolacionismo norte-americanos estão visceralmente relacionados a uma visão autocentrada das questões socioeconômicas, tanto domésticas como internacionais.

### O exemplo da soja

A cada ano, os norte-americanos vêm expandindo o plantio da soja, estritamente em função de pesados subsídios, sob a forma de preço mínimo de garantia (*Loan Deficiency Payment*). Apesar dos atuais e mais baixos preços médios das últimas décadas, a expansão do plantio da oleaginosa desde 1990 tem sido inexorável. (ver gráfico da pág. 49).

Ainda que os preços no mercado interno disponível dos EUA venham a despencar ainda mais e atinjam níveis abaixo da cotação recente de US$4,30/*bushel* (US$9,48/saco), o governo norte-americano garantirá US$5,26/*bushel* (US$11,60/saco) a seus sojicultores, bancando a diferença ao custo de bilhões de dólares.

Certamente não foi por acaso que o superávit na balança comercial agrícola estadunidense saltou de US$10,8 bilhões em 1999 para US$12,6 bilhões em 2000. O incremento, neste último ano, de US$1,6 bilhão, deveu-se exclusivamente ao aumento do valor das receitas de exportações norte-americanas de soja e de algodão.

Os subsídios concedidos pelos EUA às referidas culturas, além de afetarem negativamente as balanças comerciais dos países do Mercosul – em cujas pautas de exportação o complexo soja pesa fortemente –, implicam grave redução da renda familiar de seus sojicultores e cotonicultores.

### Visão autocentrada

Consideremos um exemplo do que denomino visão autocentrada. O professor Bruce A. Babcock, diretor do Centro para o Desenvolvimento Rural e Agrícola da Universidade de Iowa, formulou a seguinte pergunta durante palestra apresentada no Fórum sobre Perspectivas Agrícolas, em fevereiro deste ano, sob os auspícios do Departamento de Agricultura dos EUA – Usda: "Estarão os contribuintes revoltados a propósito dos US$50 bilhões direcionados a pagamentos assistenciais (*support payments*) em favor dos fazendeiros (estadunidenses), ao longo dos últimos três anos?"

Desconhecemos as respostas que os contribuintes norte-americanos dariam a tal pergunta. Conhecemos de perto, entretanto, as agruras que hoje atingem as famílias de aproximadamente 240 mil sojicultores brasileiros e outros tantos argentinos e para-

### Liberalismo? Que liberalismo?

A tese do liberalismo da agricultura norte-americana sucumbiu em menos de dois anos. Em 1998 o Farm Bill teve de ser revisto e recebeu maior dotação orçamentária. Entre 1999 e 2000 os pagamentos governamentais triplicaram em relação período 1996/97.

Com a recuperação das safras, as cotações enfraqueceram e a renda dos agricultores ficou comprometida. Mais da metade da renda líquida da agricultura veio de pagamentos governamentais nos exercícios de 1999 e 2000. O Departamento de Agricultura prevê uma melhoria neste ano, mas ainda é cedo para aceitar essa projeção. A soja, por exemplo, com área e produção maiores, deverá absorver mais recursos do Farm Bill.

Em 1997, os agricultores receberam US$7,5 bilhões, sendo US$6 bilhões no contrato de flexibilidade de área e US$1,5 bilhão no programa de conservação de solo. Naquele ano não houve necessidade de aporte de recursos para garantia de preços e assistência suplementar; as exportações atingiram valores recordes.

Já em 1999 a quantia subiu para US$22,6 bilhões, divididos em US$5 bilhões no contrato de flexibilidade de área, US$2 bilhões no programa de conservação do solo, US$9 bilhões como assistência suplementar e US$5,6 bilhões como garantia de preços (**L.A.P. e R.A.**).

guaios, para não falar de outras dezenas de milhares de sul-americanos que indiretamente dependem da economia da soja, prejudicada pelos mais baixos preços dos últimos 30 anos.

Se as coisas não estão bem, podem ficar ainda piores. Vejamos as conclusões do professor Babcock.

"Contudo, duas surpresas poderiam tornar mais brilhantes as perspectivas futuras (dos fazendeiros norte-americanos). A primeira surpresa consistiria na decisão do Congresso, no sentido de justificar iniciativas de suporte à renda rural mediante o atendimento de objetivo estipulado no quadro de política pública abrangente, em lugar de objetivos políticos restritos.

Isso poderia abrir a porta para uma Lei Agrícola (Farm Bill) muito mais orientada para objetivos ambientais, inclusive visando ao incremento dos níveis de carbono no solo e a redução das emissões de metano e de óxido nitroso.

A segunda surpresa poderia ocorrer se a Administração (o governo Bush) decidisse que se enquadra nos interesses estratégicos dos EUA adotar política econômica ampla, orientada para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Tal objetivo político poderia ser assegurado mediante certificados de emissão que incluíssem a agricultura.

Se qualquer dessas duas surpresas se tornar realidade, os fazendeiros (norte-americanos) poderão perceber significativas possibilidades de renda mediante a venda de reduções de gases de efeito estufa."

### Insensibilidade social

Atentemos agora para o que disse a sra. Rita Derrick Hayes, integrante do Escritório do Representante do Comércio dos EUA – o órgão que defende os interesses da economia norte-americana contra práticas ilegais de comércio, tais como o *dumping* – no mesmo Fórum, na véspera da fala do professor Babcock.

"Comparando os EUA a alguns de seus maiores competidores, o grau de abertura do mercado norte-americano é alto e suas barreiras de comércio são baixas. Dessa forma, quando negociamos acordos de livre comércio com outros países quase sempre abrimos outros mercados em grau maior do que necessitamos mudar o nosso próprio mercado.

Permitam-me apresentar três exemplos: no cenário agrícola, a tarifa média incidente sobre importações situa-se em torno de 60% (a tarifa média dos EUA é de 12%); a União Européia, que responde por 90% do dispêndio (global) com subsídios diretos à exportação, gasta US$7 bilhões por ano em exportações subsidiadas (os EUA gastam cerca de US$100 milhões); e ainda prevalece a prática, distorciva para o comércio, voltada para o suporte da agricultura no âmbito doméstico – políticas que remuneram os produtores por aumentarem a produção. A União Européia pode dispor de US$60 bilhões e o Japão, acima de US$35 bilhões. Nosso máximo atinge US$19 bilhões. O efeito dessas distorções é impressionante."

As afirmações dos palestrantes revelam uma impressionante dificuldade – quase impossibilidade – de ambos para perceber as graves distorções imputadas ao comércio agrícola global pela política agrícola norte-americana.

A integrante do Escritório do Representante do Comércio dos EUA parece não se dar conta do efeito desagregador dos custos sociais gerados em outros países, a partir dos subsídios à produção alocados no âmbito doméstico em seu próprio país.

### Efeitos nefastos

Se tal efeito desagregador é grave no caso do Brasil, pode chegar a ser dramático no da Argentina, tendo em vista as dificuldades com que se deparam nossos irmãos do Mercosul e também possivelmente devido à paridade fixa do peso em relação ao dólar – sem qualquer intenção de crítica à política cambial daquele país.

A sra. Hayes também parece não considerar as conseqüências nefastas das quotas tarifárias impostas nos EUA a produtos de outros países, a exemplo do açúcar brasileiro.

O professor Babcock, por sua vez, propugna a viabilização de investimentos direcionados para objetivo impregnado de forte apelo à consciência ecológica de seus concidadãos – a adoção interna nos EUA de instrumentos destinados a incentivar o combate ao aquecimento global. Lamentavelmente, ele não parece perceber a magnitude dos efeitos nocivos que tais investimentos acarretariam para os países agrícolas concorrentes da América do Norte, se concedidos exclusivamente aos fazendeiros norte-americanos.

Essas duas palestras, bem recentes, permitem avaliar o alto grau de dificuldade das negociações agrícolas que deverão necessariamente preceder as tratativas para implementação da Alca. Possibilitam ainda inferir a discrepância lógica inerente ao descompasso entre a percepção dos norte-americanos com respeito a seus instrumentos de política agrícola e a avaliação desses mesmos instrumentos por cidadãos de outros países.

A esperança maior com respeito à Alca prende-se à possibilidade de percepção pelos EUA do fato de que o livre acesso aos mercados emergentes ao sul do México compensará integralmente a eliminação gradual dos subsídios e demais práticas de comércio não-competitivas e injustas que compõem sua política agrícola.

Basta olhar os florescentes mercados que os países centro e sul-americanos já oferecem aos segmentos industrial e de serviços norte-americanos. A título ilustrativo, cabe lembrar que tão-somente o Brasil constitui o segundo maior mercado mundial para jatos executivos e helicópteros, o segundo para telefones celulares e equipamentos de fax, o terceiro para refrigerantes, o quarto para refrigeradores e o quinto para discos compactos.

*Antonio J.T. Bueno é economista sênior da BM&F.*

## Referências bibliográficas

Hayes, R. D. (2001) What Can Agriculture Hope to Achieve from WTO Negotiations? In Agricultural Outlook Forum, Feb.

Babcock, B. A. (2001) The Market for Carbon Sequestration: How Real, How Soon, and How Valuable for Farmers? In Agricultural Outlook Forum.

NASS/USDA (2001). Prospective Plantings.

ERS/USDA (2001). *US Agricultural Trade Update.*

Robert, S. (2001). *A Letter to the President and a Memorandum on US Policy Toward Brazil.*